

## O sentido político do Monumento às Bandeiras, São Paulo: condições e oportunidades para a multiplicação de narrativas a partir da transformação do espaço público

Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde<sup>1</sup>

**Resumo:** O Monumento às Bandeiras tem sido objeto de controvérsia pública na sociedade paulistana do século XXI: tal patrimônio sofreu diversas apropriações não-regulamentadas pelos códigos jurídicos e, em algumas destas, sua extensão foi tomada por manifestantes ou pichadas. Por intermédio dos jornais da cidade, duas narrativas foram estabelecidas. A primeira narrativa defende severa punição e investigação dos infratores, além de imediata restauração por parte dos poderes públicos. A segunda narrativa acusa o referido monumento de celebrar o genocídio indígena e exige a sua demolição. Nesse contexto, sugerimos que os sentidos políticos do Monumento às Bandeiras devem ser destacados neste artigo, como forma de compreender as qualificações e desafios que o mesmo comporta à discussão da publicidade na cidade de São Paulo. Para tanto, destacamos que o Monumento jamais foi objeto de consenso e que seu valor sempre foi avaliado para além do sentido estético.

**Palavras-chave:** Patrimônio da dor e da vergonha; espaço público; Monumento às Bandeiras; São Paulo.

### El sentido político del Monumento a las Banderas, São Paulo: condiciones y oportunidades para la multiplicación de narrativas a partir de la transformación del espacio público

**Resumen:** El Monumento a las Banderas ha sido objeto de controversia pública en la sociedad paulistana del siglo XXI: tal patrimonio sufrió diversas apropiaciones no reguladas por los códigos jurídicos y, en algunas de ellas, su extensión fue tomada por manifestantes o pichadas. Por intermedio de los diarios de la ciudad, dos narrativas fueron establecidas. La primera narrativa defiende severo castigo e investigación de los infractores, además de inmediata restauración por parte de los poderes públicos. La segunda narrativa acusa al referido monumento de celebrar el genocidio indígena y exige su demolição. En este contexto, sugerimos que los sentidos políticos del Monumento a las Banderas deben ser destacados en este artículo, como forma de comprender las calificaciones y desafíos que el mismo comporta a la discusión de la publicidad en la ciudad de São Paulo. Para ello, destacamos que el Monumento jamás fue objeto de consenso y que su valor siempre fue evaluado más allá del sentido estético.

**Palabras-clave** Patrimonio del dolor y de la vergüenza; espacio público; Monumento a las Banderas; São Paulo.

### The political sense of the Monumento às Bandeiras, São Paulo: conditions and opportunities for the multiplication of narratives from the transformation of the public space

**Abstract:** The Monumento às Bandeiras is a matter of public controversy in São Paulo's society of the 21st century: such heritage has suffered various non-regulated by legal codes appropriations and, in some of these, its extension was taken over by demonstrators or targeted by graffities. Through the city's newspapers, two narratives were established. The first narrative defends severe punishment and investigation of the offenders, in addition to immediate restoration by public authorities. The second narrative accuses the monument of celebrating the indigenous genocide and demands its demolition. In this context, we suggest that the political meanings of the Monument to the Flags should be highlighted in this article, as a way of understanding the qualifications and challenges that it holds to the discussion of publicity in the city of São Paulo. Therefore, we emphasize that the Monument has never been object of consensus and that its value has always been evaluated beyond the aesthetic sense.

**Keywords:** Heritage of pain and shame; public space; Monumento às Bandeiras; São Paulo.



DOI: <https://10.26512/patryter.v1i2.10117>

**Como citar este artigo:** Valverde, R. (2018). O sentido político do Monumento às Bandeiras, São Paulo: condições e oportunidades para a multiplicação de narrativas a partir da transformação do espaço público. *PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, 1 (2), 29-40. DOI: <https://10.26512/patryter.v1i2.10117>

**Recebido:** 14 de abril, 2018. **Aceite:** 12 de julho, 2018. **Publicado:** 27 de setembro, 2018.

<sup>1</sup>Professor Doutor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, Brasil. Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Email: [rvalverde@usp.br](mailto:rvalverde@usp.br).

## 1. Introdução

O objetivo geral deste artigo é discutir as relações estabelecidas entre monumento e espaço público por intermédio do caso do Monumento às Bandeiras, localizado no Centro da cidade de São Paulo. O caso se mostra revelador da disputa de narrativas políticas no século XXI, ganhando relevância como espaço de manifestações a partir das diversas cargas simbólicas e interpretações mobilizadas. Trata-se de um espaço público de grande visibilidade no contexto da cidade e que exprime com particular vitalidade os confrontos estéticos na cidade. Tudo aquilo que acontece em torno do Monumento às Bandeiras parece ser qualificado e até transformado pela sua localização.<sup>1</sup>

Inicialmente, é preciso afirmar que este artigo não se estabelece pela consideração da subjetividade do artista, pela filiação a estilos artísticos ou pela defesa da manutenção a todo preço dos termos e sentidos no ato fundador do referido Monumento. Victor Brecheret, autor do projeto artístico erguido entre os anos de 1920 e 1953, já foi anteriormente avaliado em suas contribuições para o Modernismo brasileiro e para a escultura em geral. O Monumento às Bandeiras foi uma demanda direta de um grupo político paulista, relacionado ao ex-Presidente Washington Luís (1926-1930) e o Partido Republicano Paulista (PRP), a partir de um esforço de construção de um

**Figura 1** – Localização e contextualização do Monumento às Bandeiras na cidade de São Paulo



Fonte: The Photographer, 21/09/2014. Retirado de [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Monumento\\_a\\_las\\_Banderas,\\_S%C3%A3o\\_Paulo,\\_Brasil.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Monumento_a_las_Banderas,_S%C3%A3o_Paulo,_Brasil.jpg) Copyright licenciado Creative Commons, CC0 1.0 Universal (CC0 1.0) Dedicación ao Domínio Público

sentimento de coesão nacional derivado do centenário da independência brasileira. Esse esforço de propaganda foi sucessivamente transformado por outros grupos, como, por exemplo, o Grupo Estado e o Partido Democrático (PD), financiadores do esforço revolucionário de 1932. Consideramos então que, antes de qualquer elemento próprio ao campo artístico, deveríamos ser capazes de entender que o Monumento às Bandeiras é uma mensagem política apropriada, pensada e desenhada como forma de simbolizar um efeito sobre o poder.

Sugerimos que este patrimônio da cidade São Paulo cumpriu um papel dinâmico ao longo do tempo, que foi condicionado em seus movimentos pelos conflitos políticos em São Paulo e no Brasil. Seu princípio se reflete na construção nacionalidade brasileira pelo aparelho do Estado, migra para a reconstrução política e estética de grupos políticos de São Paulo fora do domínio do aparelho do Estado, é em seguida colocado como estratégico para a reificação simbólica do militarismo brasileiro durante o Regime Militar (1964-1985), é apropriado de modo agressivo por grupos anti-ditadura, e, mais recentemente, tem sido alvo de apropriações e manifestações por parte de grupos indígenas como forma de denúncia do contínuo genocídio indígena e celebração dos seus realizadores. Nesse sentido, a importância de um patrimônio para o mundo ultrapassa a excepcionalidade artística ou a biografia de seu realizador e tampouco se constrói apenas em função da intencionalidade do seu artista ou mesmo do seu financiador a partir de um entendimento do passado. Breve, entendemos o patrimônio como um fenômeno político e dinâmico.

O objetivo específico deste artigo é promover um estudo da trajetória do Monumento às Bandeiras a partir de uma concepção política estetizada e espacializada, cujos efeitos se projetam em diversas escalas. Sugerimos ainda que a concepção daquilo que é comemorado pelo patrimônio nem sempre está evidente e que sofre alterações ao longo do tempo. Por último, discutiremos o que pode ser entendido como patrimonialização da marginalização, da dor e da vergonha (Logan & Reeves, 2009) e a possibilidade da conversão do Monumento às Bandeiras em um registro desta ordem como resposta às demandas de movimentos de direitos indígenas na atualidade. Logan e Reeves afirmaram que:

*A maior parte das sociedades tem suas cicatrizes históricas que resultaram do envolvimento em guerras e turbulências civis ou aderência a sistemas de crenças baseados em intolerância, discriminação racial ou hostilidades de caráter étnico. Uma diversidade de lugares,*

*localidades e instituições representam o legado desses períodos dolorosos: lócus de massacres e genocídio, lugares relacionados a prisioneiros de guerra, encarceramento civil e político (...). Essas localidades trazem vergonha a nós pela crueldade e futilidade dos eventos que ocorreram dentro delas e pelas ideologias que representam. De forma crescente, entretanto, elas estão agora sendo olhadas como lugares do patrimônio, muito diferente da visão de patrimônio que prevalecia uma geração atrás quando estávamos quase que inteiramente preocupados com a proteção das grandes e belas criações do passado: reflexos da genial criatividade da humanidade ao invés do inverso – o lado destrutivo e cruel da história” (Logan & Reeves, 2009, p. 1).*

Para tanto, usaremos diversas fontes de pesquisa. Em primeiro lugar, as notícias publicadas pelo jornal O Estado de São Paulo foram aproveitadas em sentido histórico, na medida em que boa parte dos conflitos iniciais envolvendo a construção e o sentido do Monumento às Bandeiras foram tomados como sensíveis aos olhos deste aparelho midiático e do seu grupo político. Em segundo lugar, conferimos visibilidade aos registros diretos de associações indígenas, como o Conselho Indigenista Missionário e a Associação Guarani Yvyrupa, que tem revelado recentemente mobilizações políticas e estéticas no Monumento às Bandeiras. O patrimônio não é, ao menos neste caso, o produto do reconhecimento de uma identidade única ou o simples resultado de uma política pública.

## **2. Os simbolismos atribuídos ao Monumento às Bandeiras e suas consequências para a publicidade em São Paulo**

O Monumento às Bandeiras surgiu a partir da demanda do então Presidente do Estado de São Paulo, Washington Luís (1920-1924), como parte dos esforços de mobilização nacional que precediam o centenário da independência brasileira. Dentro do contexto da política de estados que dominava a sucessão presidencial na República Velha, não havia, em 1920, conflito significativo que pudesse separar os interesses políticos do Partido Republicano Paulista (PRP) e os mais elevados movimentos do governo federal. Os vícios do sistema sucessório de então e a hegemonia paulista anunciavam que o peso daquilo que era decidido no Estado de São Paulo e por seu presidente teria enormes reflexos no governo federal. A conexão direta entre o Presidente do Estado de São Paulo e o Presidente da República no contexto da República Velha fazia com que um esforço de construção de um sentimento de coesão nacional fosse conduzido regionalmente. O



governante de São Paulo deveria combater a instabilidade política nacional através de um esforço simbólico relativo ao centenário da independência.

Para tanto, Washington Luís mobilizou conservadores e modernistas em uma comissão que teve como um dos seus resultados a abertura de concurso público para o desenvolvimento do Monumento às Bandeiras. Tal Monumento deveria, ao mesmo tempo: preencher simbolicamente o espaço urbano de São Paulo, cidade que teve seus marcos cívicos colocados em segundo plano quando comparados com as transformações promovidas pelo mercado imobiliário; sugerir que o “espírito bandeirante” que supostamente animaria a vida econômica paulistana desde os primórdios da sua aglomeração seria também válido como inspiração para a identidade nacional brasileira, ainda em construção. De acordo com Bressane, diversos intelectuais, de diferentes posicionamentos políticos e estéticos, participaram de modo ativo de engajamento na política simbólica paulistana:

*Menotti Del Picchia, Oswald de Andrade e Monteiro Lobato são incumbidos por Washington Luís, presidente do Estado, de formarem a comissão para a realização de um Monumento às Bandeiras, que seria o símbolo de São Paulo nesses festejos cívicos. Eles encarregam Brecheret de apresentar o projeto. A maquete é apresentada ao público em 28 de Julho de 1920 (...). Elogiado por Washington Luís, que compareceu à exposição e pela maioria da crítica, o projeto é engavetado por problemas surgidos na época. (...) Estava começando para Brecheret e o Monumento às Bandeiras uma epopeia que duraria 33 anos (Bressane, 1994).*

Não se colocava, até então, nenhum pudor ou consideração sobre os limites do mito bandeirante, seja pela continuidade histórica, seja pela insensibilidade diante da violência praticada sistematicamente por estes contra grupos marginalizados, como aconteceu com diversos povos indígenas. A idealização destes personagens seria parte decisiva deste momento e da sua iniciativa de construção patrimonial, pois “nos homens de outrora, como no grande homem do momento, admira-se a mesma temeridade, a mesma sede de aventura, a mesma paixão da riqueza” (Monbeig, 1984: p. 122). A própria concepção de um indígena indiferenciado também revelaria o outro lado deste processo, podendo suas diversas nações serem incorporadas a uma mesma narrativa. Como podemos derivar da contribuição de Pierre Monbeig em sua tese de doutorado, o espírito bandeirante se tornava estratégico como valor simbólico e político aos objetivos de uma elite paulistana. Em suas palavras:

*aprende o brasileiro a história dos bandeirantes: Borba Gato, Fernão Dias Pais são os heróis nacionais (...). Fato tanto mais nítido em São Paulo, quando se trata de personagens paulistas e de uma como primeira manifestação da preeminência de São Paulo. Não que se ignore, nem mesmo que se esconda o que houve de brutal no comportamento dos bandeirantes, nem a sede de lucro que os animava. Mas que episódio de história gloriosa, em não importa que país, deixará de estar manchado por algum crime? A intrepidez desses pioneiros de extensa linhagem, sua ousadia de aventurar-se tão longe, com tão escassos meios, no imenso Brasil, exercem forte atrativo sobre as crianças e os adolescentes para que se condoam dos morticínios de índios e se indignem com tal esbanjamento de energia para conquistar ouro. Fato extremamente importante, pois que se criou um mito do bandeirante, cuja eficácia psicológica é incontestável. Quando se quer celebrar um fazendeiro, desbravador de matas, plantador de cidades, nenhum título melhor a deferir-lhe que o de bandeirante. (...) promoção indireta e póstuma do bandeirante a colonizador (Monbeig, 1984, p. 121).*

Se, do ponto de vista artístico, a escolha de Victor Brecheret talvez traduzisse um rompimento com um academicismo épico que dominava outros monumentos de São Paulo e privilegiasse artistas estrangeiros, tal alternativa não significava mudança de grupo político de fomento. Apesar de aprovado, o projeto de Brecheret é arquivado diante de problemas para sua execução nos anos 20, mas foi retomado na década de 1930 diante da necessidade de reafirmar o simbolismo da vanguarda paulistana a partir da intervenção de Getúlio Vargas. Como colocou Bressane:

*depois de 16 anos, Brecheret retoma o sonho de erguer o Monumento às Bandeiras. Em dezembro desse ano [1936], assina o contrato para a realização do seu projeto. Armando de Salles Oliveira aprovava a construção de um monumento aos bandeirantes, símbolo da bravura paulista. Era preciso erguer o espírito de São Paulo após a derrota de 32. O momento era propício, tudo estava favorável. Menochi Del Picchia e Cassiano Ricardo eram assessores do governador Armando de Salles Oliveira e, Mário de Andrade, o diretor do departamento municipal de cultura, os modernistas no governo (Bressane, 1994).*

Apesar do apoio inicial à Revolução de 1930 como forma de substituição ao Partido Republicano Paulista, o Partido Democrático de Armando de Salles Oliveira passaria a oposição já em 1932. Nesse processo, o projeto do Monumento às Bandeiras ganhava nova relevância, com chancela direta do governo do Estado, agora dissociado do controle sobre o governo nacional. Em texto de 1936, republicado em 1953, o governador Armando de Salles Oliveira defendeu o interesse simbólico e político do Monumento às Bandeiras, assim como sua projeção para o

contexto nacional. O patrimônio planejado passaria naquele momento de um controle da dissensão a um convite ao rompimento. Sugere o então governador que tal rompimento deveria restaurar as rédeas do progresso aos novos bandeirantes, a partir de uma hierarquia tradicional. De acordo com Salles Oliveira:

*Cabe a São Paulo fazer uma afirmação que fixe o seu propósito de lutar para que, no naufrágio em que outros povos se afogarão, se salve esta bela e nobre Nação, que é o Brasil, e com ela os puros ideais do homem cristão. A ideia da Pátria grande e forte, orientada no sentido do progresso social, dentro dos sentimentos tradicionais da família e da religião, é o alimento de que se nutrem os paulistas para dar um sentido e um fim aos frutos de sua admirável atividade. (...) Não há quem desconheça a concepção de Brecheret. É uma arrancada de bandeirantes para a conquista da Terra Virgem. É um instantâneo da vida de uma Bandeira (...). Os homens, surpreendidos numa subida, caminham para o alto: é o idealismo paulista em ação. (...) Dois bandeirantes, os chefes, vão na frente, a cavalo: é o princípio da autoridade, o mais forte esteio da civilização, que o comunismo tenta destruir. As figuras decrescem em tamanho: é a hierarquia, inseparável da disciplina, e um dos mais belos princípios da organização social (...). de tudo isto é que o Brasil precisa, propõe-se que este monumento seja levantado numa praça de São Paulo, atestando o desejo dos paulistas de renovar os princípios e os feitos que constituíram os fundamentos da nacionalidade. Pela Avenida Brasil (...) sairão, como saíram, grandes grupos de bandeirantes que iniciarão uma nova etapa de sua obra, a serviço do Brasil (Salles Oliveira, 1936/1953, p.13).*

O endurecimento do regime de Vargas a partir de 1937 colocou em suspenso novamente a concretização do projeto do Monumento às Bandeiras. A perseguição, exílio e confisco da elite insurgente paulistana só permitiram a retomada do projeto após a saída de Vargas, em 1946. O Monumento às Bandeiras foi finalmente inaugurado em Janeiro de 1953, em meio as comemorações do quarto centenário da fundação da cidade. A mensagem que carregava então, a partir dos seus interlocutores e financiadores, era da primazia econômica paulistana e do seu papel para o direcionamento político brasileiro. No contexto de uma retomada da democracia no Brasil e de um certo distanciamento das elites paulistas dos círculos políticos mais elevados da nação, o momento foi de expressão de um sentimento de orgulho regional concretizado em forma monumental. O Parque do Ibirapuera e o Monumento às Bandeiras passaram a ser o pano de fundo que qualificaria as manifestações de pertencimento e de política regional paulista a partir da inauguração.<sup>ii</sup>

O golpe militar conduzido em 1964 exigiu novo esforço de redefinição do caráter simbólico associado ao Monumento às Bandeiras. O próprio atraso no processo de tombamento nacional (só realizado em 1984) já apontava o tipo de valor atribuído pelo governo federal. A obra se deteriorava sem reformas e cuidados especiais. Ao invés de um marco do orgulho regional e do “destino manifesto” de São Paulo, as

**Figura 2** – Inauguração do Monumento às Bandeiras, 25/01/1953



Fonte: Jornal A Gazeta, 26/01/1953. Retirado de <https://twitter.com/historiassp/status/956678837357633536>



comemorações realizadas ao longo das décadas de 1960 e 1970 foram realizadas de modo a reificar a integração ao projeto militar federal. Aproveitava-se a proximidade do Monumento em relação à Assembleia Legislativa de São Paulo, dominada pelos artifices do Regime, e do Comando Militar do Sudeste, sede paulista de uma Divisão das Forças Armadas Brasileiras. Com isso, o Monumento às Bandeiras servia como área de diversos eventos e manifestações militares.

As forças armadas tomavam para si a responsabilidade de conferir novo sentido ao Monumento, esperando que este fosse capaz de transmitir a força do novo regime. Desfiles de armas e soldados, missas conduzidas por militares e

sentimentos de fé. Levantamo-nos em defesa do que consideramos justo, verdadeiro, belo” (O Estado de São Paulo, 1972, p.4).

Nessa nova alienação da elite local em prol dos interventores do regime militar, o espaço público (e o monumento) parecia incomodar não apenas ao governo federal, mas também refletia as frustrações de parte da população com os sentidos autoritários do patrimônio. Já havia, quase em paralelo à inauguração, a designação popular de “empurra-empurra” ao Monumento, ridicularização do pequeno esforço da parte de todos em fazer mover a canoa, uma vez que as correntes não se encontrariam tensionadas pelos tipos representados. A presença da ALESP e do 2ª

**Figura 3** – Ensacamento do Monumento às Bandeiras, 27/04/1979



Fonte: 3Nós3. Coleção Mário Ramiro. Reproduzido com permissão do autor. Disponível em Ramiro, 2017

lugar de recepção e comício de chefe de Estado estrangeiros, tais eram os tipos de cenarização política direcionada ao Monumento. Por exemplo, “(...) o Monumento às Bandeiras serviu para divulgar as obras de Salim Curiati, prefeito de 1982 a março de 1983” (Luchetti, 1990, p.22). Sua escala de manifestação simbólica havia mais uma vez sido transferida para o nacional sob domínio federal. O relato do sermão de páscoa realizado pelo Capitão José Bavoso revelava a mensagem conservadora que se projetava e usava prioritariamente o Monumento como pano de fundo: “hoje não podemos ignorar (...) quão difícil e delicado seja aceitar o desafio da fé, sobretudo quando uma aberta ou velada guerra psicológica e doutrinária é dirigida maldosamente contra nossos mais sadios

Divisão de Exército Brasileiro também motivou o atentado à bomba de 1968 realizado pela Vanguarda Popular Revolucionária (VAR). No entanto, de modo mais constante, desde a década de 1970, foram recorrentes os atos de vandalismo contra o Monumento às Bandeiras e, conseqüentemente, contra as suas mensagens políticas. Como expresso na edição de 29/08/1980 de O Estado de São Paulo: “Somente ontem de manhã (...) os funcionários de sua secretaria de sua Secretaria conseguiram tirar os óculos, barbas e bigodes dos bandeirantes e índios do Monumento às Bandeiras, que estavam desenhados com tinta spray” (O Estado de São Paulo, 1980, p.18). É possível ainda lembrar do ato do grupo “3nós3” (formado por Hudinilson Jr., Mario Ramiro e

Rafael França) e do ensacamento da cabeça dos bandeirantes em 1979, de modo análogo ao que era realizado pelos torturadores do regime militar, como descrito por Pontes (2012). Uma forma de ressignificação do monumento começava a ser elaborada: este poderia se tornar um alvo de protesto político, artístico ou de simples violência. O controle simbólico dos grupos hegemônicos das elites nacional e regional passou a ser continuamente desafiado.<sup>iii</sup>

Foi gradual a transformação do Monumento às Bandeiras de um espaço público de forte caráter autoritário, elitista e institucional pelo seu ato fundador para um espaço público contestado e convertido em um lugar do debate público e político. Ao longo da década de 1990 e dos anos 2000, esse monumento começava a ser mobilizado com maior amadurecimento e interesse político por diversos grupos. Se a Praça da Sé e a Avenida Paulista continuavam a responder como os alto lugares das manifestações políticas paulistanas, o Monumento às Bandeiras ganhava visibilidade como qualificador de defeitos, vícios e violências da influência de São Paulo sobre o Brasil como um todo.<sup>iv</sup>

Porém, esta visão renovada não eliminava a defesa do tecnicismo artístico e da versão dos vencedores diante da política patrimonial. Como expressou Dualib acerca do uso político e estético do Monumento às Bandeiras:

*Sem vigilância, a famosa obra fica à mercê do caos que se instalou em São Paulo. Ora escalam a estátua, ora picham, ora fazem alpinismo, rapel, o que querem, sem que ninguém tome nenhuma providência. Um dia, fatalmente, penso eu, um maluco a escalará com um martelo na mão. Ai será tarde demais. (...) Mais recentemente o Monumento às Bandeiras foi pichado durante manifestação contra a alta das tarifas de ônibus. Já houve pichações até mesmo para questionar o próprio significado da obra, questionar um fato histórico das expedições – quando a picharam com a expressão de um ex-ministro paraguaio, “bandeirantes assassinos”. Só com solventes a Secretaria da Cultura deve gastar uma fortuna toda vez que precisa corrigir essas barbaridades, fora o trabalho de equipes terceirizadas contratadas para o serviço de limpeza. (...) O “Empurra-empurra” ou “Deixa que eu empurro”, como passou a ser popularmente conhecida a escultura de Victor Brecheret, veio junto com o Parque do Ibirapuera em 1954, durante as comemorações do quarto centenário da cidade. Ela representa os bandeirantes, os colonizadores e suas etnias,*

Figura 4 – Manifestação política no Monumento às Bandeiras, 08/11/2015



Fonte: Cristiano Assis. Retirado de [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Protesto\\_político\\_n\\_o\\_Monumento\\_às\\_Bandeiras\\_03.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Protesto_político_n_o_Monumento_às_Bandeiras_03.jpg) Copyright licenciado Creative Commons, Attribution-ShareAlike 4.0 International

*ou seja, há ali um pouco de todos nós, portugueses, negros, imigrantes, mamelucos, índios. São 50 toneladas que exigiram uma quantidade enorme de horas de trabalho. Feita de granito, que é um material poroso, a obra tinha o propósito de lembrar os responsáveis por iniciar o povoamento do território brasileiro nos séculos 17 e 18. E lembra hoje o amor que Prestes Maia e os paulistas de então tinham por nossa cidade (Dualib, 2015).*

Isso significou que a visibilidade e a co-presença, elementos tão decisivos ao espaço público quanto é o acesso, não se converteram em plena assimilação das demandas dos grupos marginalizados diante das instituições formais. Há resistências à emergência desses novos discursos e de suas cargas simbólicas, assim como desprezo pelos sentidos da política que apresentaram. Por vezes, o debate assume caráter radicalizado, no qual, frente à retórica da perda, se propõe o nihilismo da destruição redentora do patrimônio. A tensão nos usos e disputas do espaço público se tornou questão política e patrimonial de modo amplo, sem a perspectiva de rápida resolução.

Entre outras vozes que ganharam visibilidade, foi possível registrar as falas de Marcos dos Santos Tupã, Líder da Comissão Guarani Yvyrupa, que comentou a ação simbólica realizada no ano de 2013, na qual estradas com nomes de bandeirantes, a estátua de Borba Gato e o Monumento às Bandeiras foram mobilizados como elementos críticos e negativos. A denúncia simbólica foi usada em prol da visibilidade diante do debate sobre a Proposta de Emenda Constitucional 215, referente à responsabilidade dos agentes federais na demarcação de terras indígenas. Em suas palavras:

*Saindo da Av. Paulista, marchamos em direção a essa estátua de pedra, chamada de Monumento às Bandeiras, que homenageia aqueles que nos massacraram no passado. Lá subimos com nossas faixas, e hasteamos um pano vermelho que representa o sangue dos nossos antepassados, que foi derramado pelos bandeirantes, dos quais os brancos parecem ter tanto orgulho. Alguns apoiadores não-indígenas entenderam a força do nosso ato simbólico, e pintaram com tinta vermelha o monumento. Apesar da crítica de alguns, as imagens publicadas nos jornais falam por si só: com esse gesto, eles nos ajudaram a transformar o corpo dessa obra ao menos por um dia. Ela deixou de ser pedra e sangrou. Deixou de ser um monumento em homenagem aos genocidas que dizimaram nosso povo e transformou-se em um monumento à nossa resistência. Ocupado por nossos guerreiros xondaro, por nossas mulheres e crianças, esse novo monumento tornou viva a bonita e sofrida história de nosso povo, dando um grito a todos que queiram ouvir: que cesse de uma vez por todas o derramamento de sangue indígena no país! Foi apenas nesse momento que esta estátua tornou-se um verdadeiro patrimônio público, pois deixou de servir apenas ao simbolismo colonizador das elites para dar voz a nós indígenas, que somos a parcela originária da sociedade*

*brasileira. Foi com a mesma intenção simbólica que travamos na semana passada a Rodovia dos Bandeirantes, que além de ter impactado nossa Terra Indígena no Jaraguá, ainda leva o nome dos assassinos. (...) Ficamos muito tristes com a reação de alguns que acham que a homenagem a esses genocidas é uma obra de arte, e que vale mais que as nossas vidas. Como pode essa estátua ser considerada patrimônio de todos, se homenageia o genocídio daqueles que fazem parte da sociedade brasileira e de sua vida pública? Que tipo de sociedade realiza tributos a genocidas diante de seus sobreviventes? Apenas aquelas que continuam a praticá-lo no presente. Esse monumento para nós representa a morte. E para nós, arte é a outra coisa. Ela não serve para contemplar pedras, mas para transformar corpos e espíritos. Para nós, arte é o corpo transformado em vida e liberdade e foi isso que se realizou nessa intervenção. Aguyjevete pra todos que lutam! (Santos Tupã, 2013).*

A perspectiva de uma conversão do patrimônio, de uma alteração, temporária ou duradoura, dos seus significados e das suas formas, talvez seja uma alternativa ainda pouco explorada. Logan e Reeves (2009) salientaram que diversos monumentos às atrocidades e à vergonha tiveram diferentes usos e interpretações, sobretudo nos casos em que se localizam em países em desenvolvimento. Para Logan e Reeves, “Existe um interesse crescente no patrimônio associado a dor e à vergonha (...)” (2009, p. 3) uma vez que, diante das crises econômicas e políticas do Estado-Nação, somos capazes de reconhecer uma maior variedade de espaços da memória. Ao invés de espaços de exaltação ou dos tipos-úteis ao projeto nacional, apostamos no reconhecimento de uma série de personagens e espaços que cumpriram um sentido marginal em algum momento da história. Os casos seriam bastante variados: tombamentos de antigos portos do mercado escravista na costa atlântica da África; os campos de extermínio no Camboja; o ponto-zero de explosão da bomba atômica em Hiroshima, entre muitos outros. No contexto brasileiro, poderíamos destacar o tombamento de antigos quilombos como uma ação que se direcionaria nesse sentido. No entanto, as particularidades da política e do papel cumprido pelos indígenas diante das ideologias hegemônicas no Brasil teriam diminuído o valor e a visibilidade da sua vida simbólica, fato que torna mais difícil a construção monumental.

Logan e Reeves (2009) argumentaram que, ainda assim, tais espaços poderiam ser ressignificados por políticas de memória a partir de um reordenamento do espaço construído e de seus monumentos, de modo a conferir visibilidade ao que foi destruído, marginalizado ou escondido. De acordo com os autores:

*algumas vezes localidades inteiras mudam gradualmente na medida em que memórias do passado se dissipam ou*



*são distorcidas; em certos casos, localidades devem ser ativamente mudadas onde elas meramente ajudaram a lembrança dos perpetradores da dor e da vergonha ao invés de suas vítimas. É importante, portanto, determinar quais aspectos do passado estão sendo ignorados ou pobremente representados na interpretação dos lugares do patrimônio. Mas, as vezes, localidades inteiras podem estar ausentes na consciência pública e portanto nos registros do patrimônio, talvez porque o público em questão não quer lembrar os valores associados a tais lugares (Logan & Reeves, 2009, p. 2).*

(Cunha, 2013). Porém, outros autores destacaram que uma hipotética destruição de um tal Monumento não significaria necessariamente um ganho em visibilidade do genocídio indígena, eclipsado no ensino, na política e no cotidiano (Sakamoto, 2016; Neves, 2018).

Somos concordantes com as considerações de jornalistas e intelectuais como Deborah Neves e Sakamoto: o Monumento às Bandeiras poderiam ser ressignificados enquanto espaços de memória e

**Figura 5** – Pichação sobre Monumento às Bandeiras, 30/09/2016<sup>v</sup>



Fonte: Digousss, “Herói Caído”. Retirado de [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Herói\\_Caído.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Herói_Caído.jpg) Copyright licenciado Creative Commons, Attribution-ShareAlike 4.0 International

No caso do Monumento às Bandeiras, falaríamos de uma forma construída para além de um reconhecimento pleno e contínuo do papel dos bandeirantes ao Brasil, tendo ganhado função frente ao jogo político no século XX, para muito além de um reconhecimento imediato da sua violência impetrada. A visibilidade no debate do simbolismo do Monumento às Bandeiras opõe na atualidade diferentes agentes. Há defensores de uma postura mais agressiva, de destruição do Monumento às Bandeiras, como forma de expressão do reconhecimento do genocídio indígena. É o caso de Guilherme Leite Cunha, entre outros, da área de história das artes, que assumiu um posicionamento público de defesa do interesse de substituição do Monumento às Bandeiras. Tal autor defendeu o caráter dinâmico do patrimônio fora do contexto ditatorial, no qual o que vai ser tombado e o que vai ser destruído seria matéria de debate público, político por definição, para além do sentido artístico da obra

utilizados como mecanismos de consciência. A destruição do Monumento, do espaço patrimonializado, não constituiria imediata sensibilidade diante da causa ou dos interesses de grupos indígenas. Estão sendo conduzidas, em outras partes da cidade mudanças nos nomes de ruas que homenageavam agentes da Ditadura Militar, tal qual ocorreu com a substituição do nome Elevado Costa e Silva por Elevado Presidente João Goulart. Este ato carrega sentido simbólico relevante, uma vez que permite o aproveitamento de iniciativas educativas em diversas instituições (escolas, universidades, imprensa, etc.) com finalidade de entender como a memória foi construída e como foi transformada. Desse modo, a força do debate sobre o Regime Militar poderia ser vivenciada de modo mais intenso, inclusive por parte de gerações mais jovens que não teriam experiência direta deste período.

Porém, no caso de um monumento, forma material já consolidada, a resistência à mudança é

maior. Por um lado, o antropólogo Pedro Cesarino argumentou que, ao contrário do Museu do Holocausto em Berlim, o Monumento às Bandeiras foi projetado e significado em uma perspectiva de celebração bandeirante (Bertoni, 2016). Tal fato em parte se coaduna com a provocação feita pelo célebre antropólogo Eduardo Viveiros de Castro que, ao comentar as pichações realizadas no Monumento às Bandeiras, sugeriu que “é preciso derrubar essa porcaria”. Por outro lado, frente às pichações realizadas, o Instituto Victor Brecheret lançou nota pública na qual afirmava a necessidade da manutenção a qualquer preço do Monumento, uma vez que seria: “uma violência cometida contra uma das mais importantes obras artísticas do país. O Monumento às Bandeiras pertence ao Povo Brasileiro. Como símbolo, deve ser respeitado e sua preservação garantida por todos nós”. Este apelo à permanência e ao valor artístico foi tópico de debate entre candidatos à prefeitura de São Paulo no ano de 2014.

Mantido o debate nos termos da destruição do Monumento, a perspectiva que prevalecerá será aquela de uma vigilância contínua do mesmo, tal qual tem se visto recentemente. A presença de uma viatura policial em soma às câmeras de videomonitoramento têm inibido qualquer sentido de manifestação política naquela localidade, inclusive aquelas que respeitam a manutenção do Monumento. O espaço perde seu caráter ativo político frente a uma iniciativa de controle e de afirmação do poder coercitivo. Ainda que sejam possíveis falhas na vigilância, as rápidas ações de limpeza podem eliminar os traços de uma apropriação temporária, como tintas, cartazes e faixas. Compreendida também a força da narrativa hegemônica, reificada por diversas instituições, é improvável a hipótese da destruição do patrimônio, ainda que se possa reconhecer os seus problemas éticos e as suas mensagens políticas. Mesmo que fosse, de fato, destruído, o ato, em si, tenderia a ser esquecido ao longo do tempo ao invés de vivenciado cotidianamente.

A alternativa talvez fosse constituir a mudança pelo acréscimo de nova base material e pelo esforço de uma política educativa diferenciada. A inauguração do Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos, em 2014, também junto ao Parque do Ibirapuera (como ocorre com o Obelisco referente à Revolução de 1932 e com o Monumento às Bandeiras), é um exemplo de possível ganho em visibilidade e reconhecimento institucional. O aproveitamento da área de entorno ao Parque do Ibirapuera e ao Monumento às Bandeiras como preferenciais para o desenvolvimento de uma visibilidade da continuidade do genocídio indígena se mostraria uma oportunidade. A co-presença de

representações da ideologia bandeirante e da do reconhecimento do genocídio e da resistência indígenas seriam essenciais para que as causas indígenas ganhassem maior visibilidade para reforçarem a luta pela terra, que é o objetivo último de suas lideranças. Diante da continuidade do ciclo de violência contra grupos indígenas e da lentidão no processo de demarcação de terras, fica evidente que a existência de um marco jurídico não é suficiente para garantir a sobrevivência. É preciso que a causa ganhe presença duradoura nos espaços públicos para ser matéria de controvérsia e, lentamente, fazer frente às ideologias nacionalistas e bandeirantes. Isto significa que a mudança depende de uma sensibilidade, de uma construção de fato cultural que possa ser posteriormente ativado politicamente.

### 3. Conclusão

É necessário admitir que, sem dúvidas, a demarcação de terras indígenas é o que há de mais urgente a ser cumprido como ação que tem como horizonte a justiça social para grupos indígenas. Nesse sentido, compreendemos o caráter esporádico das intervenções simbólicas no espaço público realizadas por parte de seus grupos de representação e de seus defensores. Porém, parte das dificuldades no seu reconhecimento e na sua implementação deriva da invisibilidade ou da insensibilidade gerais da sociedade brasileira diante das culturas indígenas. Os discursos fundados no desprezo ou na suposta assimilação indígena enfraquecem continuamente as possibilidades do direito à terra, ainda que possa admitir o fato histórico do genocídio indígena. Nega-se, assim, a presença prévia de nações indígenas nas áreas de maior urbanização e de maior poder econômico, como é o caso da cidade de São Paulo e se empurra simbolicamente as demarcações para áreas de fronteira, na Região Amazônica, por exemplo. O espírito bandeirante agride novamente as possibilidades de um patrimônio indígena na área central do território brasileiro.

Chamam atenção elementos discursivos indígenas que se constroem por uma obrigatoriedade de compreensão das diferenças. Em suas visões, não seríamos um só, brasileiros, como agentes políticos e que, nesse sentido, colocaria-se um desafio constante à democracia em reconhecer esses outros povos, culturas e nações que aqui existiriam. Fazer esta afirmação significa direcionar esforços para fortalecer a nossa coexistência por intermédio de uma concepção de espaço público capaz de cenarizar e qualificar encontros. O mesmo seria válido no que se refere ao patrimônio construído, tomado a partir de então em múltiplas perspectivas.

Tal coexistência não significa necessariamente harmonia, assimilação ou consenso, mas sim conflitos regulados e reconhecimentos dos lugares de fala. Caso tal perspectiva possa ser lentamente construída, o produto não seria a eliminação da diferença ou a afirmação do caráter único do espaço público: chegaríamos ao princípio da tolerância, do diálogo e do reconhecimento de variados direitos e símbolos institucionais.

Defendemos então o interesse na afirmação de uma duradoura estratégia simbólica, patrimonial e monumental a partir de uma ativação dos discursos e vozes indígenas na cidade de São Paulo. Trata-se de um movimento que pode cumprir algum papel na alteração das sensibilidades a longo prazo e, conseqüentemente, nas próprias possibilidades de aprovação dos processos de demarcação de terras. A visibilização e legitimação das demandas por terra a partir de agentes indígenas passaria necessariamente pelo apoio à presença e memória de suas culturas em áreas centrais do território. Para tanto, o Monumento às Bandeiras e sua área de entorno poderiam ser aproximados de uma conversão, no qual o sentido de um patrimônio-territorial proposto por Costa (2017) seriam perseguidos. O espaço monumental e seus efeitos sobre a publicidade poderiam alcançar assim uma nova capacidade de expressão e qualificar toda uma nova diversidade de encontros conflituosos, sem assimilação e sem total separação entre os seus agentes. Apenas dessa forma a política (e o espaço público) é capaz de cumprir suas finalidades sem aniquilar as possibilidades de existência dos grupos minoritários e de suas culturas.

#### 4. Referências bibliográficas

- Andrade, M. C. (1988). *A Revolução de 30: da República Velha ao Estado Novo*. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto.
- Bertoni, E. (2016, 07 de Outubro). Um antropólogo e um historiador respondem a 3 perguntas sobre a tinta jogada no Monumento às Bandeiras. *Jornal Nexo*. Recuperado de: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/10/07/Um-antrop%C3%B3logo-e-um-historiador-respondem-a-3-perguntas-sobre-a-tinta-jogada-no-Monumento-%C3%A0s-Bandeiras>
- Bressane, Z. (1994). *Victor Brecheret*. Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=3HwezW2rjx0>
- Cosgrove, D. (1993). *The Palladian Landscape: Geographical Change and Its Cultural Representations in Sixteenth-Century Italy*. Pennsylvania, United States: Pennsylvania State University Press.
- Costa, E. B. (2017). Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía* 26 (2), pp. 53-75. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.15446/rcdg.v26n2.59225>
- Cunha, G. L. (2013, 07 de Outubro). Empurra-empurra! Sobre a morte das estátuas. *Revista Fórum*. Recuperado de: <https://www.revistaforum.com.br/empurra-empurra-sobre-a-morte-das-estatuas/>
- Dualib, R. (2015, 15 de Junho). Monumento ao vandalismo. *Jornal O Estado de São Paulo*. Recuperado de: [http://opinio.estado.com.br/noticias/gera\\_lmonumento-ao-vandalismo,1688648](http://opinio.estado.com.br/noticias/gera_lmonumento-ao-vandalismo,1688648)
- Gomes, P. C. C. (2004). *A condição urbana – ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- Logan, W; Reeves, K. (orgs.). (2009). *Places of Pain and Shame: Dealing with 'Difficult Heritage'*. London, England: Routledge.
- Luchetti, A. (1990, 09 de Outubro). PT usa slogans de prefeitos malufistas para divulgar obras. *Jornal O Estado de São Paulo*, p.22.
- Monbeig, P. (1984). A psicologia bandeirante. In *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, SP: Hucitec. pp.121-125.
- Neves, D. (2018). Precisamos falar sobre monumentos e sua simbologia - ou sobre a pixação no Pátio do Colégio. Recuperado de: <http://painelacademico.uol.com.br/painel-academico/10182-precisamos-falar-sobre-monumentos-e-sua-simbologia--ou-sobre-a-pixacao-no-patio-do-colegio>
- O Estado de São Paulo (1972, 02 de Junho). Militares de São Paulo fazem Páscoa coletiva. *Jornal O Estado de São Paulo*, p.4.
- Pontes, M. A. N. (2012). *A documentação nas práticas artísticas dos grupos Arte/ação e 3nós3*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São Paulo, SP.
- Ramiro, M. (2017). *3NÓS3: Intervenções Urbanas – 1979-1982*. São Paulo, SP: Ubu Editora.
- Sakamoto, L. (2016). Ao invés de pichar, que tal remover as homenagens aos bandeirantes em SP? Recuperado de: <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2016/09/30/ao-inves-de-pichar-que-tal-remover-as-homenagens-aos-bandeirantes-em-sp/>
- Salles Oliveira, A. (1936, Republicado em 1953, 25 de Janeiro). Força, movimento e ação. *Jornal*



*O Estado de São Paulo*, p.1.

Santos Tupã, M. (2013). Monumento à resistência do Povo Guarani. Recuperado de: <http://www.yvyrupa.org.br/blog/2013/10/17/monumento-a-resistencia-do-povo-guarani-artigo-de-marcos-dos-santos-tupa/>

## Notas

<sup>i</sup> O Monumento se localiza próximo ao centro geométrico da cidade de São Paulo, estando em uma área cercada por grandes avenidas que conectam a Zona Oeste, a Zona Sul e o Centro da cidade. Ao seu redor, se localizam altos lugares da cidade de São Paulo, como a Assembleia Legislativa de São Paulo, o Comando Militar do Sudeste, o Parque do Ibirapuera e o valorizado bairro do Ibirapuera, entre outros (figura 1). Apesar da boa rede de transportes que cerca o Monumento, o acesso a pé é limitado pelo intenso fluxo de veículos das avenidas a sua volta.

<sup>ii</sup> Os discursos políticos direcionavam os olhares do público para direção diferente do Monumento. Há rigor na separação entre os espectadores e os agentes políticos em si, diferenciados pela posição que ocupam no espaço público. A mensagem trazida é de unidade e de hierarquia para o bom funcionamento da política (figura 2).

<sup>iii</sup> Diversos monumentos da cidade de São Paulo tiveram suas cabeças ensacadas, entre eles o Monumento às Bandeiras (figura 3). O ato anônimo permitia uma arte que ganhava as ruas, fugindo dos limites exíguos do academicismo que rege a arte das galerias e encontrando a cidade e o público em geral, não-elitizado. De fato, a intervenção em espaço público permitiu o ganho em visibilidade de diversas questões. Os materiais utilizados e as técnicas mobilizados foram interpretados de modos diferentes: enquanto os grandes jornais destacavam uma crítica pueril ao abandono e à poluição de áreas monumentais, outros destacavam uma arte que surpreendia, enquanto alguns reconheciam na escolha do material, dos alvos e da composição simbólica uma mensagem política que colocava em destaque a tortura no Regime Militar Brasileiro. O Monumento às Bandeiras se tornava mais uma vez objeto de mobilização simbólica e política.

<sup>iv</sup> Nota-se (figura 4) que o público se apropria do patrimônio e, ao invés de apenas olhar em sua direção esperando a mensagem, usa-o como plataforma de publicidade aos seus discursos.

<sup>v</sup> As cores derivadas do vermelho são intencionalmente utilizadas pelos pichadores do Monumento às Bandeiras, em alusão ao sangue derramado de indígenas, negros, caboclos e mamelucos ao longo da ação dos bandeirantes no período colonial. Efeito estético permite rápida visualização e compreensão da mensagem crítica por parte de todas as pessoas, mesmo no período noturno (figura 5).